

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_ VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE**

**ANTONIO EUDICLE PEREIRA FERREIRA**, brasileiro(a), casado(a), agricultor(a), inscrito(a) no CPF sob o nº. 393.281.818-01, portador(a) do RG de nº. 50.331.103-0 SSP-SP, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Pelo Sinal, nº 116, Cohab, município de Independência/CE, CEP: 63.640-000, vem à presença de V.Exa., por seu advogado, com escritório profissional situado na Rua Dr. João Tomé, nº. 979, sala 01, Bairro Fátima I, Crateús/CE – CEP: 63.700.000 – Tel: (88) 3692-3794 ou Cel: (88) 9731-9484, **e-mail: ednaldo.melo@ig.com.br**, propor a presente AÇÃO DE COBRANÇA-DIFERENÇAS-(SEGURO DPVAT) em face da **MARITIMA SEGUROS S.A.**, empresa seguradora, inscrita no CNPJ sob o nº. 47.184.510/0001-20, com endereço na Rua Barbosa de Freitas, nº 795, Bairro: Meirelles, Fortaleza/CE, CEP: 60.170-020, com base na lei nº 6194/74, Lei 8.078/90, art. 100, I (Código Defesa Consumidor), e art. 275, I,II, alínea “e” do CPC, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA por ser pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo dos próprios sustentos e de sua família, tudo com base no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal/88, bem como nos ditames estabelecidos pela Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, o que pode ser feito mediante simples afirmação na própria petição inicial (art. 4º, caput).

**DOS FATOS E DO DIREITO**

No dia **19/08/2014** o(a) autor(a) sofreu um acidente de trânsito (acidente de motocicleta), vindo a ficar com debilidade permanente, conforme faz prova com a certidão de ocorrência policial e a documentação médica, em anexo.

Foi paga ao autor(a) **no dia 26/11/2014**, a título de seguro DPVAT (**processo administrativo que tramitou sob o n. 2014/942025**), apenas a quantia de **R\$ 1.687,50 (Hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, quando deveria ter sido paga a quantia de **R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**.

No presente caso, o(a) requerente ficou com debilidade permanente consistente em **TRAUMA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO**, ou seja, de acordo com a tabela: **Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores**.

A tabela do DPVAT advinda com a Lei nº. 11.945/2009 estabelece que em caso de **Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores** o valor da indenização deverá ser de **70% (Setenta por cento)** do valor previsto na referida Lei, o que equivale a **R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, de acordo com a tabela abaixo:

#### ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<b>Danos Corporais Totais</b> <b>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100%
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	<b><u>70%</u></b>
<b>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros</b>	

<b>inferiores</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

O STJ publicou a súmula 474 aos 13.06.2012, a qual determina que em caso de invalidez permanente parcial, a indenização do seguro DPVAT deve ser paga de forma proporcional ao grau de invalidez da vítima.

Portanto, aplicando-se a súmula supramencionada e a tabela constante da Lei 11.945/2009, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o requerente **deveria ter recebido o valor de R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)** correspondentes a **70% (Setenta por cento)** da indenização, haja vista que o requerente **sofreu TRAUMA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO**.

Tendo o(a) requerente **recebido apenas R\$ 1.687,50 (Hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** este ainda **tem a receber a quantia de R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** para atingir o complemento da indenização **no limite de 70% (Setenta por cento)** do valor previsto para o seguro obrigatório DPVAT, o que corresponde a **R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, uma vez que o valor total da indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) nos termos da Lei n°. 6.194/74, alterada pelas Leis n°. 11.482/2007 e 11.495/2009.

#### DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADO RÉ

A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT pago parcialmente, por invalidez de vítima causada por veículo automotor de via terrestre, é da seguradora que efetuou pagamento parcial, ou de qualquer uma que pertença ao Consórcio, existindo, inclusive enunciados nesse sentido:

**“Enunciado 26: O Beneficiário do seguro Obrigatório (DPVAT) pode postular de qualquer seguradora integrante do convênio (resolução SUSEP–CNSP n.º 56/2001) o complemento de indenização paga a menor, ainda que o pagamento anterior tenha sido efetuada por seguradora diversa–Turma Recursal–TJPR”.**

**No mesmo sentido o STJ: “SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Procedente. Recuso conhecido e provido. (Resp. 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR< QUARTA TURMA< julgado em 23.04.2002.. DJ 10.06.2002. p. 220).”**

Portanto, tendo o(a) requerente **recebido apenas R\$ 1.687,50 (Hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** este ainda **tem a receber a quantia de R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** para atingir o complemento da indenização **no limite de 70% (Setenta por cento)** do valor previsto para o seguro obrigatório DPVAT, o que corresponde a **R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, uma vez que o valor total da indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) nos termos da Lei n.º. 6.194/74, alterada pelas Leis n.º. 11.482/2007 e 11.495/2009.

## **PEDIDOS**

Diante do exposto, sendo pacífica a legitimidade passiva e a existência do direito do Autor, bem como preenchidos todos os pressupostos necessários, requerer a Vossa Excelência o que segue:

- A) A citação da ré no endereço supramencionado para, querendo, responder à presente pretensão jurisdicional no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, constando do mandado as advertências do artigo 285 do CPC;
- B) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, condenando a Seguradora ao pagamento da complementação do Seguro DPVAT ao requerente, no percentual efetivamente devido no valor de **R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, posto que não fora aplicado ao pagamento administrativo o valor devido para a gradação da sequela de acordo com a tabela;
- C) Alternativamente, caso vossa excelência entenda de maneira diversa, que seja designada a realização de perícia médica por profissional a ser indicado pelo MM. Juiz ou pelo IML para aferição do grau da lesão do autor e aplicação da tabela da Lei 11.945/09, facultando às partes nomearem assistentes nos termos do art. 421 § 1º, do CPC;
- D) A concessão dos benefícios da GRATUIDADE JUDICIÁRIA, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o autor condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;
- E) A condenação da ré na verba honorária de sucumbência.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,  
Pede DEFERIMENTO.

Fortaleza/CE, 18 de dezembro de 2014.

ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO  
OAB/CE 20.795